

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

**LAUDO DE INSALUBRIDADE
E PERICULOSIDADE**

CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES

AVALIAÇÃO 2010

Elaborado por:



R



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

LAUDO DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE

CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE

Introdução

Elaborado por: Vida Emergências Médicas Ltda
Av. Vicente Machado, 2395 – Curitiba / Pr
CEP 80440-020 Fone (41) 3342-9009

Visto:

B

Página:

1 / 21

1. APRESENTAÇÃO

A **VIDA EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA** apresenta Relatório Técnico, elaborado pelo Eng. Paulo Guerino Basso, engenheiro de segurança do trabalho, regularmente inscrito no CREA/PR sob o número 20.387-D, em atendimento ao disposto no Pregão Presencial nº104/2009, com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS/ PR**, no que se refere à análise da insalubridade e/ou periculosidade.

2. OBJETIVO

O Objetivo do presente documento é realizar uma análise técnica das condições dos ambientes de trabalho do **CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE**, para fins da elaboração de um parecer identificando os pontos onde se encontrem relação entre as condições de trabalho e o previsto na regulamentação legal relacionada à insalubridade e/ou periculosidade.

3. DADOS DA AVALIAÇÃO DE CAMPO

3.1. Dados da Prefeitura:

Razão Social: Prefeitura Municipal de Pinhais
C.N.P.J.: 95423000/0001-00
Endereço: Rua Wanda dos Santos Mallmann, 536
Fone: 39125006
Contato: Lorena
Ramo de Atividade: Administração Pública em Geral
Grau de Risco: 01
Classificação no CNAE: 84.11-6-00

3.2. Dados da Unidade Avaliada:

Unidade: Centro de Controle de Zoonoses - CCZ
Finalidade da Unidade: Controle de Zoonoses
Endereço: Av. Alto Paraná, 1789
Telefone: 3912-5396

3.3. Dados da Avaliação:

Data da Avaliação: 19 de julho de 2010

Pessoas Envolvidas na Avaliação:

- **Cristiane da Conceição de Barrosa**, Responsável pela Unidade
- **Lisiane Motta Joakinson**, Representante da Secretaria Municipal da Saúde
- **Lorena Jungles**, Representante do Departamento de Gestão de Pessoal
- **Vera Lúcia Correia da Silva**, Representante do Departamento de Gestão de Pessoal

Estratégia de Trabalho

4. JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as obrigações legais pertinentes a relações de trabalho, cabe ao empregador o pagamento de adicional de periculosidade e/ou adicional de insalubridade aos seus colaboradores que exerçam atividades relacionadas às previstas em regulamentação técnica pertinente. Para isto se torna necessária a análise destas questões, a fim de fornecer os subsídios técnicos necessários para que o setor de recursos humanos determine a quem são de direito os referidos adicionais.

É válido salientar que o pagamento destes adicionais não isenta o empregador da adoção das medidas de proteção e prevenção cabíveis, sempre visando à saúde e integridade do trabalhador.

5. ESTRATÉGIA DE TRABALHO

Para a realização e implementação deste documento foram utilizados os critérios abaixo descritos para o atendimento a todas as etapas necessárias para fundamentar o parecer quanto à questão da insalubridade e da periculosidade.

5.1 - Princípios Norteadores:

Dentro do objetivo do presente trabalho foram utilizados alguns princípios norteadores, os quais visam ao atendimento da regulamentação legal com a maior eficácia possível. Os princípios de maior relevância estão descritos abaixo:

5.1.1 - Análise Funcional:

A identificação dos agentes ambientais presentes serão apresentadas com base nas descrições das funções operacionais fornecidos pelo empregador.

5.1.2 - Identificação de Agentes Ambientais:

Como critério para a separação dos agentes ambientais foram consideradas as definições apresentadas abaixo:

- **Agentes Físicos:** - Consideram-se agentes físicos as diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, entre eles:
 - **Ruído:** - O ruído se caracteriza como agente físico por se constituir de uma energia emitida por uma fonte geradora, a qual forma uma onda sonora que é captada pelo sistema auditivo. Como dano mais provável, decorrente desta característica, são as lesões neste sistema, gerada por níveis de ruído elevados, o qual ocasiona perdas da capacidade de audição. Também são comuns inconvenientes ao conforto acústico dos ambientes de trabalho, estes gerados até por níveis de pressão sonora menores, as quais geram dificuldade de concentração e irritabilidade.
 - **Umidade:** - É considerado exposição à umidade aquela situação de trabalho onde há a ocorrência de alagamento ou encharcamento excessivo do ambiente, com potencial de dano ao trabalhador, como irritações dermatológicas e redução de temperatura nos membros atingidos.
 - **Radiações não ionizantes:** - São consideradas radiações não ionizantes as microondas, ultravioleta e laser, as quais tem como efeito danoso principal a possibilidade de danos à pele e aos olhos.
 - **Radiações ionizantes:** - São consideradas radiações ionizantes as emitidas por aparelhos de raio-X, ou outros que emitam radiações capazes de alteração estrutural das células do trabalhador exposto.
- **Agentes Químicos:** - Consideram-se agentes químicos as substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou ingestão.
- **Agentes Biológicos:** - Consideram-se agentes biológicos as bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros., com potencial nocivo. São previstos diversos tipos de doenças, pertinentes ao tipo de microorganismo presentes.

Neste caso serão considerados apenas os agentes cuja exposição possa ser considerada diretamente relacionada com a atividade em estudo.

5.1.3. Legislação Envolvida

As normativas pertinentes à relações de trabalho contemplam em várias regulamentações legais questões pertinentes à garantia da saúde e integridade física dos trabalhadores, entre as quais as que determinam o enquadramento de atividades em condição insalubre e/ou em condição de periculosidade, as quais serão prioritariamente consideradas neste trabalho.

Segue abaixo a relação das principais legislações consideradas:

- **Constituição Federal:** - A Constituição Federal, em seu Artigo 7º, estabelece que são direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a:
 - (Item XXII): - Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, Higiene e segurança (Apresentado nos Artigos 154 e seguintes da CLT);
 - (Item XXII): - Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da Lei (Apresentado nos Artigos 189 e seguintes da CLT);
- **Decreto-Lei nº 5452 de 1º de Maio de 1943:** - Este texto legal aprova a consolidação das leis trabalhistas (CLT) a qual estabelece as regras gerais dos contratos de vínculo trabalhistas estabelecidos por este regime. Neste dispositivo legal, estão apresentados os artigos citados no item anterior, que falam sobre questões relacionadas ao objetivo deste trabalho
- **Portaria nº 3214/1978:** - Esta Portaria do MTE estabelece as Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho.
- **Norma Regulamentadora NR-15, Inclusa na Portaria nº 3214/1978:** - Esta norma regulamentadora estabelece os requisitos para o enquadramento de condição insalubre de trabalho e o direito ao respectivo adicional.

- **Norma Regulamentadora NR-16, Inclusa na Portaria nº 3214/1978:** - Esta norma regulamentadora estabelece os requisitos para o enquadramento de condição de periculosidade de trabalho e o direito ao respectivo adicional.
- **Norma Regulamentadora NR-06, Inclusa na Portaria nº 3214/1978:** - Esta norma regulamentadora estabelece os critérios para especificação de equipamentos de proteção individual, que uma vez atendidos, nos permitem considerar a condição insalubre neutralizada.
- **Decreto nº 93412/86:** - Estabelece o Direito ao adicional de periculosidade pela exposição aos riscos da energia elétrica.
- **Portaria 3393/87:** - Foi revogada pela Portaria 496/2002, sendo posteriormente considerada na Portaria 518/2003, relativa à questão da periculosidade pela exposição à radiações ionizantes.
- **Decreto Municipal nº 320/95:** - Legislação do Município de Pinhais que versa sobre o adicional de insalubridade. Não contempla todos os agentes passíveis de gerar condição insalubre
- **Decreto Municipal nºs 654/2004 e 655/2004:** - Apresenta a descrição de cargos do município,
- **Lei nº 729/2009:** - Estabelece as atribuições dos colaboradores do projeto de saúde da família

5.2. Análise da Insalubridade:

Considerando todos os dispositivos legais apresentados estabelecemos como critério para a nossa avaliação os padrões estabelecidos na NR-15, que faz parte de legislação federal regulamentadora da questão, tanto para a análise dos postos de trabalho regidos pela CLT ou pelo regime estatutário, visto a ausência de legislação municipal que atenda todas as necessidades para a viabilização do objetivo deste trabalho.

O quadro abaixo representa as condições possíveis de enquadramento da insalubridade.

AGENTE/ GRAUS DE INSALUBRIDADE		
Anexo	Atividades ou operações que exponham o trabalhador	Percentual
01	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo Anexo.	20%
02	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2	20%
03	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2.	20%
04	Níveis de iluminamento <i>Revogado pela Portaria 3751/1990</i>	-
05	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
06	Ar comprimido	40 %
07	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho	20%
08	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho	20%
09	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1	10%, 20% e 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10%, 20% e 40%
14	Agentes biológicos	20% e 40%

Conforme a NR-15, O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho ou comprovados através de laudo de inspeção no local de trabalho, assegura a percepção do adicional de insalubridade , com base no percentual do salário mínimo de:

- ✓ **40% (quarenta por cento) – Insalubridade em Grau Máximo;**
- ✓ **20% (vinte por cento) – Insalubridade em Grau Médio;**
- ✓ **10% (dez por cento) – Insalubridade em Grau Mínimo.**

NOTA:

Conforme definido no item 15.1.5 da NR-15, " Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral."

NOTA:

O Tribunal Superior do Trabalho decidiu, dar nova redação à Súmula nº 228, definindo o salário básico como base de cálculo para o adicional de insalubridade, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo, a partir da publicação, em 9 de maio de 2008, da Súmula Vinculante nº 4, do STF. A Súmula Vinculante nº 4 veda a utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado. A redação anterior da Súmula nº 228 adotava o salário mínimo como base de cálculo, exceto para categorias que, por força de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, tivessem salário profissional ou piso normativo.

NOTA:

Em 15 de Julho de 2008, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Gilmar Mendes, concedeu liminar pedida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e suspendeu a aplicação de parte da Súmula 228, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), sobre pagamento de adicional de insalubridade. Enquanto esta liminar estiver em vigência, a referência para o pagamento do adicional de insalubridade volta a ser o salário mínimo, embora não seja impossível que em decisões judiciais sejam considerados os valores do salário base.

NOTA:

Quando ocorrer da incidência de mais de um fator de insalubridade, será apenas considerado o de grau mais elevado, para efeito de acréscimo salarial, sendo vedada à percepção cumulativa.

NOTA:

Havendo situação em que o trabalhador tenha o direito de receber o adicional de periculosidade e de insalubridade, deverá este formular por escrito qual dos adicionais o mesmo prefere receber.

NOTA:

No caso, serão expressos os pontos desta regulamentação, os quais se relacionem com as condições de trabalho encontradas, considerando também a eventual neutralização, através de medidas proteção adotadas pela empresa, conforme previsto no item 15.4 da NR-15.

5.3. Análise da Periculosidade:

Considerando todos os dispositivos legais apresentados estabelecemos como critério para a nossa avaliação os padrões estabelecidos na legislação abaixo detalhada, que faz parte de legislação federal regulamentadora da questão, tanto para a análise dos postos de trabalho regidos pela CLT ou pelo regime estatutário, visto a ausência de legislação municipal que atenda todas as necessidades para a viabilização do objetivo deste trabalho.

O exercício de trabalho em condições perigosas ocorre, desde que enquadrado nos requisitos apresentados a seguir norma, assegurando a percepção do adicional de periculosidade, com base no percentual de 30% do seu salário-base.

- NR-16: - Regulamenta os aspectos relacionados com a questão da periculosidade com base nos anexos:

Anexo	Tema
01	ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM EXPLOSIVOS
02	ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM INFLAMÁVEIS

- O Decreto nº 93.412 de 14/10/86: - Regulamenta a periculosidade pela exposição à energia elétrica, de onde foram extraídos os seguintes conceitos
 - São atividades em condições de periculosidade as relacionadas com o quadro anexo ao decreto, nos quais são definidas as atividades desenvolvidas dentro de áreas com equipamentos e/ou instalações elétricas inseridas dentro de sistema elétrico de potência.
 - Conforme definição estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, o Sistema Elétrico de Potência engloba a geração e transmissão de energia até o consumidor, servindo como limite o instrumento de leitura de consumo.
 - É exclusivamente susceptível de gerar o direito à percepção da remuneração as atividades constantes do quadro desde que o empregado permaneça habitualmente, de maneira constante ou intermitente em área de risco (Art 2º)
 - São equipamentos ou instalações elétricas em situação de risco aqueles de cujo contato físico ou exposição aos efeitos da eletricidade possam resultar incapacitação, invalidez permanente ou morte. (Art 2º, Parágrafo 2º)
- A Portaria 3393/87, a qual foi revogada pela Portaria 496/2002, sendo posteriormente considerada na Portaria 518/2003, determina a questão da periculosidade pela exposição à radiações ionizantes. (No caso considerar principalmente itens abaixo)

ATIVIDADE	AMBIENTE
...	...
4. Atividades de operação com aparelhos de raios-X, com irradiadores de radiação gama, radiação beta ou radiação de nêutrons, incluindo:	Salas de irradiação e de operação de aparelhos de raios-X e de irradiadores gama, beta ou nêutrons
4.1 Diagnóstico médico e odontológico.	
...	...

- Lei 11901/2009, a qual trata do direito ao adicional de periculosidade para o Bombeiro Civil.

5.4. AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Os agentes ambientais foram preliminarmente avaliados por critérios qualitativos, onde se buscou a identificação dos mesmos a través das características das atividades, do ambiente e da identificação da fonte geradora.

5.4.1. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES QUÍMICOS:

No caso da avaliação da insalubridade por exposição a agentes químicos por critérios qualitativos, como as situações previstas no Anexo nº 13 da NR-15, a mesma ocorreu através da identificação dos produtos manuseados, da classe química destes e suas características toxicológicas apresentadas nas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ's).

Desta maneira também foram definidos os dispositivos de proteção para a eventual neutralização de condição insalubre.

5.4.2. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES FÍSICOS:

O levantamento qualitativo de agentes ambientais classificados como físicos, foi baseado através da inspeção dos ambientes de trabalho, onde se procurou determinar a existência de fontes geradoras de agentes físicos, cujo potencial de intensidade indicassem níveis potencialmente nocivos ao colaborador, sendo considerado, além da intensidade, o tempo de exposição mais provável.

5.4.3. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA EXPOSIÇÃO AOS AGENTES BIOLÓGICOS:

A avaliação da exposição a agentes biológicos se dá através da determinação qualitativa do contato habitual com microrganismos patogênicos, conforme previsto no anexo nº 14 da NR-15.

ANEXO Nº 14**AGENTES BIOLÓGICOS (115.047-2 / I4)**

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa.

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;
- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);
- esgotos (galerias e tanques);
- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infectocontagante, em:

- hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);
- hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);
- contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos;
- laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);
- gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);
- cemitérios (exumação de corpos);
- estábulos e cavalariças;
- resíduos de animais deteriorados.

5.5. AVALIAÇÃO QUANTITATIVA

Identificados os agentes ambientais de maneira qualitativa, a etapa seguinte corresponde à busca de metodologia para sua quantificação, quando necessária para a comparação com limites de tolerância previstos na NR-15.

5.5.1. Análise Quantitativa dos Agentes Físicos:

Definidos qualitativamente os pontos onde estão presentes os agentes físicos, foram realizadas as avaliações quantitativas, onde cabíveis, para se determinar os níveis de intensidade dos agentes ambientais presentes na área de trabalho, para fins de comparação com os limites de tolerância estabelecidos na legislação.

Para os agentes físicos avaliados quantitativamente, a metodologia da análise, como os equipamentos de medição usados e seus respectivos Certificados de Calibração, serão apresentados em anexo.

5.5.2. Análise Quantitativa dos Produtos Químicos:

Definidos qualitativamente os pontos onde estão presentes os agentes químicos, foram realizadas as avaliações quantitativas, onde cabíveis, para se determinar os níveis de intensidade dos agentes ambientais presentes na área de trabalho, para fins de comparação com os limites de tolerância estabelecidos na legislação.

Para os agentes químicos avaliados quantitativamente, a metodologia da análise, como os equipamentos de medição usados e seus respectivos Certificados de Calibração, serão apresentados em anexo.

5.6 – NEUTRALIZAÇÃO DOS EFEITOS NOCIVOS IDENTIFICADOS:

Tendo como referência às disposições da NR-15, pode ser considerada neutralizada a condição insalubre desde que sejam fornecidos dispositivos neutralizadores ou que seja eliminada a fonte, de maneira a eliminar ou minimizar os efeitos nocivos do agente.

No caso, onde identificados agentes ambientais com potencial de caracterizar condição insalubre, não verificamos a possibilidade da eliminação da fonte ou a utilização de equipamentos de proteção coletiva, que atenda as determinações citadas acima.

Considerando as prerrogativas da NR-06, no que se refere aos equipamentos de proteção individual, é suficiente para a neutralização das condições insalubres identificadas, a utilização de EPI's, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego através do Certificado de Aprovação (CA), no qual está especificada as características construtivas do produto como também para qual agente o mesmo é considerado eficaz.

No caso, consta no item 06 deste documento, os EPI's apropriados para a neutralização do agente insalubre presentes. É válido salientar que os EPI's analisados se restringem aos agentes diretamente relacionados à insalubridade, para fins da análise da neutralização de condição insalubre, previsto no item 15.4 da NR-15.

Esclarecemos que o citado acima cabe apenas à questão da insalubridade, o que não dispensa o uso de equipamentos de proteção, relacionados aos riscos de acidente mecânico, como calçado de segurança, capacete, óculos de segurança, como também àqueles destinados à redução dos níveis de exposição a valores abaixo do nível de ação, como preconiza a NR-09.

5.5. DEFINIÇÃO DO TIPO DE EXPOSIÇÃO

Em função do tempo de exposição aos agentes ambientais e periodicidade observada, as exposições foram caracterizadas como:

HABITUAL E PERMANENTE: freqüente, comum, usual, todos os dias, ininterrupto, contínuo, o dia todo, toda a jornada de trabalho 100% do tempo;

HABITUAL E INTERMITENTE – freqüente, comum, usual, todos os dias, com atividade não contínua, que apresenta interrupções durante a jornada de trabalho;

OCASIONAL E PERMANENTE: eventual, casual, em dias alternados ou qualquer dia com atividade contínua durante a jornada de trabalho, freqüente.

OCASIONAL E INTERMITENTE: eventual, casual, em dias alternados ou qualquer dia com atividade não contínua, que apresenta interrupções durante a jornada de trabalho.

ESPORÁDICA: eventual, casual, em dias alternados ou qualquer dia com atividade não contínua, de curta exposição, que apresenta interrupções durante toda a jornada de trabalho;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

LAUDO DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE

CENTRO DE CONTROLE DE ZONÓSES

Avaliação Operacional

Elaborado por: Vida Emergências Médicas Ltda
Av. Vicente Machado, 2395 – Curitiba / Pr
CEP 80440-020 Fone (41) 3342-9009

Visto:

Página:

15 / 21

6. AVALIAÇÃO OPERACIONAL

Conforme já definido nos tópicos anteriores, na avaliação operacional são apresentados todos os aspectos pertinentes a cada um dos setores do estabelecimento.

São apresentadas descrições sumárias das atividades envolvidas em cada setor, sendo que, em caso de maior detalhamento é necessária a utilização da Descrição de Cargos (Decreto 655/2004 e 654/2005). Em caso de particularidades desta unidade, a mesma será apresentada na descrição a seguir.

Com estes dados é baseado o parecer quanto à existência ou não de condição insalubre e/ou de periculosidade.

Obs1.: - Onde indicado como risco não identificado/NI, foi considerado como tal em função da presença insignificante de fontes geradora, potencial de dano reduzido e/ou probabilidade remota de sua ocorrência . Isto não quer dizer que não se deve prever para estes ambientes também medidas de controle.

Obs2.: - Legenda:

- NI = Não Identificado
- SR = Níveis de Exposição sem Restrições para a jornada habitual de Trabalho / Valor de ruído inferior ao Limite de tolerância e ao nível de ação
- NA = Nível de ação / Valor superior ao nível de ação e inferior ao limite de tolerância/ justifica a necessidades de monitoramento e proteção pro critérios preventivistas
- LT = Limite de Tolerância/ Valor acima do Limite de Tolerância/ É obrigatória a necessidades de monitoramento e proteção
- Não = Não caracterizada condição insalubre ou de Periculosidade
- Sim = Caracterizada condição insalubre ou de Periculosidade
- EPI = Equipamento de Proteção Individual



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

**LAUDO DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE
CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES**

CARGO	FUNÇÃO/ GRATIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS DO SETOR/ DESCRIÇÃO SUMÁRIA / Decreto 655/2004 e 654/2005	RISCOS IDENTIFICADOS	INSALUBRIDADE/ PERICULOSIDADE		
				INSALUBRIDADE	PERICULOSIDADE	OBS
Coordenador de Atividades Administrativas	Comissionado	Atividades Específicas : - Realiza o controle administrativo de programas públicos de controle de endemias - Realiza a programação de visitas a campo, - Conduz as equipes até as frentes de trabalho - Realiza o acompanhamento de grandes insidências	Exposição a riscos Biológicos predominante- mente infecto contagante	Sim	Não	Classificada condição insalubre, em grau médio, correspondendo um adicional de 20% Esta condição, pela característica do agente, não é passível de eliminação com o uso de EPI
Auxiliar de Serviços Gerais		Descrição Sumária - Efetua limpeza e conservação nas instalações da Prefeitura e logradouros públicos, sob orientação da chefia imediata; zela pela utilização e armazenamento dos produtos de limpeza e materiais de trabalho; executa serviços em cozinhas e cantinas, no preparo e distribuição de refeições e bebidas, lavando utensílios e superfícies. Atividades Específicas : - Realizar serviços de copa - Realizar limpeza em áreas de atendimento aos animais	Exposição a riscos Biológicos predominante- mente infecto contagante	Sim	Não	Classificada condição insalubre, em grau médio, correspondendo um adicional de 20% Esta condição, pela característica do agente, não é passível de eliminação com o uso de EPI
Agente de Combate a Endemias		Descrição Sumária Executa tarefas relacionadas ao controle de vetores, zoonoses e endemias bem como de educação em saúde com o objetivo de prevenir a proliferação de doenças	Exposição a riscos Biológicos predominante- mente infecto contagante	Sim	Não	Classificada condição insalubre, em grau médio, correspondendo um adicional de 20% Esta condição, pela característica do agente, não é passível de eliminação com o uso de EPI

Elaborado por: *Vida Emergências Médicas Ltda*
Av. Vicente Machado, 2395 – Curitiba / Pr
CEP 80440-020 Fone (41) 3342-9009

Visto:

B

Página:

17 / 21



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

LAUDO DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE
CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES

CARGO	FUNÇÃO/ GRATIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS DO SETOR/ DESCRIÇÃO SUMÁRIA / Decreto 655/2004 e 654/2005	RISCOS IDENTIFICADOS	INSALUBRIDADE/ PERICULOSIDADE		
				INSALUBRIDADE	PERICULOSIDADE	OBS
Agente de Combate a Endemias	Chefe	<p>Descrição Sumária</p> <p>Executa tarefas relacionadas ao controle de vetores, zoonoses e endemias bem como de educação em saúde com o objetivo de prevenir a proliferação de doenças</p> <p>Atividades Específicas :</p> <ul style="list-style-type: none">- Desenvolver atribuições administrativas pertinentes a níveis de chefia	Exposição a riscos Biológicos predominantemente infecto-contagante	Sim	Não	Classificada condição insalubre, em grau médio, correspondendo um adicional de 20%
Médico Veterinário	Gerente	<p>Descrição Sumária</p> <p>Planeja, organiza, supervisiona e executa programas de defesa sanitária; diagnostica doenças ou lesões de animais; atua em questões legais de higiene dos alimentos e no combate as zoonoses; atua ações de saúde pública (prevenção, controle e promoção à saúde), além de outras funções que exijam conhecimentos científicos de medicina veterinária.</p> <p>Atividades Específicas :</p> <ul style="list-style-type: none">- Desenvolver atribuições administrativas pertinentes a níveis de gerência- Realiza o atendimento clínico de animais- Coordena e executa programa de castração- Realizar e/ou coordenar programas de vacinação	Exposição a riscos Biológicos predominantemente infecto-contagante	Sim	Não	Classificada condição insalubre, em grau médio, correspondendo um adicional de 20%

Elaborado por: Vida Emergências Médicas Ltda
Av. Vicente Machado, 2395 – Curitiba / Pr
CEP 80440-020 Fone (41) 3342-9009

Visto:

B

Página:

18 / 21



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

LAUDO DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE
CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES

CARGO	FUNÇÃO/ GRATIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS DO SETOR/ DESCRIÇÃO SUMÁRIA / Decreto 655/2004 e 654/2005	RISCOS IDENTIFICADOS	INSALUBRIDADE/ PERICULOSIDADE		
				INSALUBRIDADE	PERICULOSIDADE	OBS
Merendeira		Descrição Sumária - Executa atividades inerentes ao preparo e distribuição de merendas, selecionando alimentos, preparando refeições e distribuindo-as aos comensais, para atender ao programa alimentar do estabelecimento educacional; efetua o controle do material existente no setor; providencia a lavagem e guarda de louças, talheres e utensílios; mantém a ordem, higiene e segurança do ambiente de trabalho	Ni	Não	Não	-

Elaborado por: Vida Emergências Médicas Ltda
Av. Vicente Machado, 2395 – Curitiba / PR
CEP 80440-020 Fone (41) 3342-9009

Visto:

Página:

19 / 21



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

LAUDO DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE

CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE

Conclusão

Elaborado por: Vida Emergências Médicas Ltda
Av. Vicente Machado, 2395 – Curitiba / Pr
CEP 80440-020 Fone (41) 3342-9009

Visto:

B

Página:

20 / 21



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS

LAUDO DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE
CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE

7. PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Conforme enquadramento da insalubridade apresentado no quadro anterior, considerando a impossibilidade da neutralização da condição insalubre através da utilização de EPI's (detalhados na coluna de observações), expressa no item 15.4 da NR-15, consideramos necessário o pagamento do adicional sobre o título de Insalubridade para os colaboradores vinculados direta e exclusivamente aos procedimentos de controle de endemias, de zeladoria (Auxiliar de Serviços Gerais) e de saúde veterinária.

A insalubridade encontrada é de grau médio, a qual estabelece um adicional de 20%. A base deste pagamento se relaciona ao salário mínimo nacional, com a ressalva das notas apresentadas no item 5.2 deste trabalho.

Não foram identificadas outras condições insalubres.


8. PAGAMENTO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Não foram identificadas condições de periculosidade.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do apresentado, consideramos atendido o objetivo do presente trabalho, ficando claro que esta conclusão se baseia nas condições encontradas na ocasião da avaliação realizada no estabelecimento, devendo ser alterada em casos de mudança de procedimentos, equipamentos e/ou instalações físicas.

Curitiba, 27 de setembro de 2010


Eng. Paulo G. Basso

Elaborado por: Vida Emergências Médicas Ltda
Av. Vicente Machado, 2395 – Curitiba / Pr
CEP 80440-020 Fone (41) 3342-9009

Visto:

B

Página:

21 / 21

